

Taxação de Grandes Fortunas e a revisão da política econômica

A implementação de uma política de taxação sobre grandes fortunas e a revisão da política econômica, com a retirada de serviços públicos essenciais do arcabouço fiscal, são medidas necessárias para promover uma maior justiça social e fortalecer o papel do Estado no atendimento das necessidades básicas da população.

A taxação de grandes fortunas, uma política há muito debatida, é fundamental para reduzir as desigualdades econômicas que persistem em nossa sociedade. Em um cenário onde uma pequena parcela da população concentra uma grande parte da riqueza nacional, é imperativo que essa riqueza seja redistribuída de maneira mais equitativa. A implementação de um imposto sobre grandes fortunas permitiria ao governo captar recursos adicionais que poderiam ser destinados a áreas fundamentais, como educação, saúde, segurança e infraestrutura, setores que impactam diretamente a qualidade de vida da população.

A revisão da política econômica, especialmente no que diz respeito à aplicação do arcabouço fiscal, também é urgente. O arcabouço fiscal atual impõe limitações severas ao crescimento do investimento público em áreas essenciais, restringindo a capacidade do Estado de atuar como promotor do desenvolvimento social e econômico. A retirada dos serviços públicos do escopo das restrições fiscais é uma medida necessária para garantir que esses serviços possam ser expandidos e melhorados, sem as amarras de um sistema que, em sua busca por austeridade, compromete o bem-estar da população.

Os serviços públicos, como saúde, educação e assistência social, são pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Quando esses serviços são limitados por restrições fiscais rígidas, as consequências são sentidas de forma mais aguda pelas camadas mais vulneráveis da população, que dependem diretamente dessas políticas para sua subsistência e dignidade. Ao excluir os serviços públicos essenciais do arcabouço fiscal, o governo pode assegurar que os investimentos necessários para a manutenção e melhoria desses serviços sejam realizados de forma adequada e contínua.

Além disso, a revisão da política econômica deve considerar a importância de um Estado forte e ativo na promoção do desenvolvimento. A taxação de grandes fortunas e a retirada dos serviços públicos do arcabouço fiscal são passos fundamentais para reequilibrar as contas públicas de maneira que não prejudique os direitos sociais e econômicos da população. Isso também fortalece o pacto social, ao garantir que aqueles que mais têm contribuam de forma justa para o bem-estar coletivo, e que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e focada no interesse comum.

Portanto, a cobrança por uma taxação de grandes fortunas e uma revisão da política econômica, com a retirada dos serviços públicos do arcabouço fiscal, é uma reivindicação legítima e necessária. É uma questão de justiça social,

equidade e fortalecimento do papel do Estado como garantidor dos direitos fundamentais de todos os cidadãos. A implementação dessas medidas representa um passo decisivo na construção de uma sociedade mais justa, solidária e comprometida com o bem-estar de todos.

Proponente: Diógenes Mendes Araújo MLC/Natal/IFRN

Assinam esta tese:

Diógenes Mendes Araújo	IFRN/Natal/Movimento Luta de Classes
Francisco de Assis da Costa Dias	IFRN/Natal/Movimento Luta de Classes
José Diego Cirne Santos	IFRN/Natal
Maria Aparecida da Silva Fernandes	IFRN/Natal